

Encargos Sociais

Taxa de Leis Sociais e Riscos do Trabalho (%)

ENGARGOS SOCIAIS		Sem desoneração		Desonerados Lei 12.844	
		HORISTAS (1)	MENSALISTAS (2)	HORISTAS (1)	MENSALISTAS (2)
A Encargos sociais básicos		37,80%	37,80%	17,80%	17,80%
A.1	Previdência Social	20,00%	20,00%	(2% sobre o faturamento) (****)	
A.2	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A.3	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A.4	Serviço Social da Indústria (SESI)	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A.5	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A.6	Serviço de apoio pequena e média empresa (SEBRAE)	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A.7	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A.8	Seguro contra acidentes do trabalho (INSS)	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A.9	Seconci - Serviço Social da Indústria da Construção e do Mobiliário	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
B Encargos sociais que recebem as incidências de "A"		39,17%	8,22%	39,17%	8,22%
B.1	Repouso semanal e feriados	22,90%		22,90%	
B.2	Auxílio enfermidade (*)	0,79%		0,79%	
B.3	Licença Paternidade (*)	0,34%		0,34%	
B.4	13o Salário	10,57%	8,22%	10,57%	8,22%
B.6	Dias de chuva, faltas justificadas, greves, atraso na entrega de mat.	4,57%		4,57%	
C Encargos sociais que não recebem as incidências de "A"		31,63%	24,59%	31,63%	24,59%
C.1	Depósito por despedida injusta 40% sobre [A2+(A2 x B)] (#)	4,45%	3,46%	4,45%	3,46%
C.2	Férias indenizadas	14,06%	10,93%	14,06%	10,93%
C.3	Aviso prévio indenizado (*) (***)	13,12%	10,20%	13,12%	10,20%
D Taxas de reincidências		19,63%	6,86%	9,18%	3,18%
D.1	Reincidências de "A" sobre "B" (17,8% x 39,17%)	14,81%	3,11%	6,97%	1,46%
D.2	Reincidências de ("A" - A9) sobre "C.3" (16,8% x 13,12%)	4,83%	3,75%	2,20%	1,71%
TOTAL DE ENCARGOS SOCIAIS		128,23%	77,47%	97,78%	53,79%
Nas cidades onde não existe ambulatório Seconci (item A 9) (exclui-se A 9, alterando a reincidência em D.1)		126,84%	76,39%	96,38%	52,70%
Complementos			Valores	Custos Médios	
C x NC - S x 0,06) / S - Vale transporte (**)		26,59%	4,50	(C) Custo médio un da condução	
(F x NR - S / 30 x 22 x 0,01) / S - café da manhã (**)		5,60%	88	(NC) número de refeições	
R x NR x 0,95 / S - Refeição (**)		20,64%	3,50	(F) custo médio café da manhã	
SG / S - Seguro de vida e acidentes em grupo (**)		1,23%	12,00	(R) custo médio refeição	
K / S - EPI "Equipamento de Proteção Individual" (**)		1,50%	22	(NR) número de refeições	
TOTAL COMPLEMENTOS =		55,56%	15,00	(SG) custo médio cseguro	
			18,20	(K) número médio EPI (*****)	
			1.214,99	(S) salário médio nominal	
Encargos sociais com complementos		183,80%	133,04%	153,34%	109,35%
Encargos sociais com complementos para cidades sem Seconci		182,41%	131,95%	151,95%	108,27%

(*) adotado

(**) Itens que devem ser calculados segundo o critério de cada empresa. As fórmulas consideram os seguintes itens:

C = Custo médio de condução (um) ou refeição (um) ou seguro (custo mensal); N = Número médio de conduções ou refeições (mês);

S = Salário médio nominal (mês). Vale Transporte: considerada dedução de 6% sobre o salário mês; pois os empregadores obrigam-se a custear apenas o excedente a

(***). Conforme o decreto 6.727, de 12-1-2009, que altera o Regulamento da Previdência Social, revogando a não incidência da

contribuição previdenciária sobre o valor pago a título de aviso prévio indenizado

(****) Lei 12.844, que estabelece, entre outras disposições, a desoneração da folha de pagamento na construção civil.

Com a medida, a contribuição patronal ao Instituto Nacional de Seguradora Social (INSS) passa de 20% sobre a folha de pagamento para 2% sobre a receita bruta, devendo por tanto ser incluída no BDI.

(*****) 1/3 de calçado + 1/10 de capacete + 1/10 cinturão

encargos sociais e a percentagem total é adotada em nossas Tabelas de Composições de Preços para Orçamentos (TCPO), ou seja, é a taxa que incide sobre as horas normais trabalhadas (de produção).

2) As taxas de leis sociais e riscos do trabalho para mensalistas estão consideradas e calculadas de modo a exprimir as incidências e reincidências dos encargos sociais e a percentagem total adotada incide sobre a folha de pagamento.

3) Após o cálculo dos custos diretos, há necessidade de uma previsão dos custos indiretos envolvidos na administração do negócio da empresa executante. Tal previsão geralmente é feita com base na aplicação da Taxa de BDI-Benefício de Despesas Indiretas.

4) Os itens abaixo não são considerados em nosso estudo de Leis Sociais e devem ser incluídos nas Despesas Indiretas:

PIS/PASEP, pela sua similaridade com um imposto, uma vez que incide sobre as receitas operacionais.

COFINS, uma vez que incide sobre a Receita Bruta.

5) (#) A lei complementar nº 110, de 29.06.2001, instituiu uma contribuição adicional de dez por cento sobre o total dos depósitos do FGTS quando a empresa demite o trabalhador sem justa causa, elevando assim esse percentual para 50%. Porém a lei complementar 13.932 de 11.01.2019 extingue a contribuição complementar de 10% a partir de janeiro de 2020, desta forma o percentual passa a ser de 40%.

Sobre complementos dos encargos:

Condução: Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985 e 7.619 de 30/09/87

Refeição: É direito do empregado quando determinado pela convenção coletiva, porém cada estado tem sua convenção

Seguro: Semelhante a refeição é obrigatório quando estipulado na convenção coletiva é necessário avaliar a convenção coletiva em vigor na sua região para verificar quais são os limites da obrigatoriedade.

EPI: A obrigatoriedade do uso do EPI está descrita na NR-6 EPI – Norma Regulamentadora de Equipamento de Proteção Individual –, publicada em 8 de junho de 1978 e com alterações e atualizações entre maio de 1982 e dezembro de 2011.

Encargos Sociais

Taxa de Leis Sociais e Riscos do Trabalho (%)

ENCARGOS SOCIAIS	Sem desoneração		Desonerados Lei 12.844	
	HORISTAS (1)	MENSALISTAS (2)	HORISTAS (1)	MENSALISTAS (2)
A Encargos sociais básicos	37,80%	37,80%	22,80%	22,80%
A.1 Previdência Social	20,00%	20,00%	5,00%	5,00%
A.2 FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A.3 Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A.4 Serviço Social da Indústria (SESI)	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A.5 Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A.6 Serviço de apoio pequena e média empresa (SEBRAE)	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A.7 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A.8 Seguro contra acidentes do trabalho (INSS)	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A.9 Seconci - Serviço Social da Indústria da Construção e do Mobiliário	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
B Encargos sociais que recebem as incidências de "A"	39,17%	8,22%	39,17%	8,22%
B.1 Repouso semanal e feriados	22,90%		22,90%	
B.2 Auxílio enfermidade (*)	0,79%		0,79%	
B.3 Licença Paternidade (*)	0,34%		0,34%	
B.4 13o Salário	10,57%	8,22%	10,57%	8,22%
B.6 Dias de chuva, faltas justificadas, greves, atraso na entrega de mat.	4,57%		4,57%	
C Encargos sociais que não recebem as incidências de "A"	31,63%	24,59%	31,63%	24,59%
C.1 Depósito por despedida injusta 50% sobre [A2+(A2 x B)] (#)	4,45%	3,46%	4,45%	3,46%
C.2 Férias indenizadas	14,06%	10,93%	14,06%	10,93%
C.3 Aviso prévio indenizado (*) (**)	13,12%	10,20%	13,12%	10,20%
D Taxas de reincidências	19,63%	6,86%	11,79%	4,10%
D.1 Reincidências de "A" sobre "B"	14,81%	3,11%	8,93%	1,87%
D.2 Reincidências de ("A" - A9) sobre "C.3"	4,83%	3,75%	2,86%	2,22%
TOTAL DE ENCARGOS SOCIAIS	128,23%	77,47%	105,39%	59,71%
Nas cidades onde não existe ambulatório Seconci (item A 9) (exclui-se A 9, alterando a reincidência em D.1)	126,84%	76,39%	96,38%	52,70%
Complementos				
C x NC - S x 0,06 / S - Vale transporte (**)		26,59%	4,50	(C) Custo médio un da condução
(F x NR - S / 30 x 22 x 0,01) / S - café da manhã (**)		5,60%	88	(NC) número de refeições
R x NR x 0,95 / S - Refeição (**)		20,64%	3,50	(F) custo médio café da manhã
SG / S - Seguro de vida e acidentes em grupo (**)		1,23%	12,00	(R) custo médio refeição
K / S - EPI "Equipamento de Proteção Individual" (**)		1,50%	22	(NR) número de refeições
TOTAL COMPLEMENTOS =		55,56%	15,00	(SG) custo médio cseguro
			18,20	(K) número médio EPI (****)
			1.214,99	(S) salário médio nominal
Encargos sociais com complementos	183,80%	133,04%	160,96%	115,27%
Encargos sociais com complementos para cidades sem Seconci	182,41%	131,95%	151,95%	108,27%

A Lei 12.844/2013, estabeleceu, entre outras disposições, a desoneração da folha de pagamento na construção civil.

Com a medida, a contribuição patronal ao Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) passa de 20% sobre a folha de pagamento para 4,5% sobre a receita bruta, devendo por tanto ser incluída no BDI.

Contudo, a partir da Lei nº 14.973/2024, foi previsto o fim da desoneração até dezembro de 2027 através da reoneração gradual da folha de pagamento, a ser implementada de acordo com as seguintes alíquotas:

PERÍODO	ACRB	AFP
01/01/2025 a 31/12/2025	3,6%	5,0%
01/01/2026 a 31/12/2026	2,7%	10,0%
01/01/2027 a 31/12/2027	1,8%	15,0%
01/01/2028 em diante	-	20,0%

ACRB - alíquota incidente sobre a receita bruta

AFP - alíquota incidente sobre a folha de pagamento

(*) adotado

(**) Itens que devem ser calculados segundo o critério de cada empresa. As fórmulas consideram os seguintes itens:

C = Custo médio de condução (um) ou refeição (um) ou seguro (custo mensal); N = Número médio de conduções ou refeições (mês);

S = Salário médio nominal (mês). Vale Transporte: considerada dedução de 6% sobre o salário mês; pois os empregadores obrigam-se a custear apenas o excedente a

(***) Conforme o decreto 6.727, de 12-1-2009, que altera o Regulamento da Previdência Social, revogando a não incidência da

contribuição previdenciária sobre o valor pago a título de aviso prévio indenizado

(*****) 1/3 de calçado + 1/10 de capacete + 1/10 cinturão

Observações: 1) As taxas de Leis sociais e Riscos do Trabalho para horistas estão consideradas e calculadas de modo a exprimir as incidências e reincidências dos

Sobre complementos dos encargos:

Condução: Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985 e 7.619 de 30/09/87

Refeição: É direito do empregado quando determinado pela convenção coletiva/porém cada estado tem sua convenção

Seguro: Semelhante a refeição é obrigatório quando estipulado na convenção coletiva é necessário avaliar a convenção coletiva em vigor na sua região para verificar quais

EPI .A obrigatoriedade do uso do EPI está descrita na NR-6 EPI – Norma Regulamentadora de Equipamento de Proteção Individual –, publicada em 8 de junho de 1978 e com alterações e atualizações entre maio de 1982 e dezembro de 2011.